

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.377.738 - RJ (2013/0099470-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **GRÁFICA EDITORA JORNAL DO COMÉRCIO S/A**  
**ADVOGADOS** : **TEREZA RODRIGUES DE ALCÂNTARA - RJ016148**  
                  **JOÃO GUSMÃO BASTOS E OUTRO(S) - RJ015601**  
**RECORRIDO** : **FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADOR** : **PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL -**  
                  **PR0000000**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Gráfica Editora Jornal do Comércio S/A**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no exame dos embargos de declaração, assim ementado (fl. 143):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXATIDÃO MATERIAL NO JULGADO. É DEVIDA A INCLUSÃO DE JUROS DE MORA NOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO AINDA QUE NÃO PREVISTOS NA CONDENAÇÃO (SÚMULA 254/STF).*

*1. A questão central do recurso de apelação gira em torno da inclusão dos juros de mora na base de cálculos da verba honorária. O fato de o decisum exequendo ter apenas fixado os honorários em 5% sobre o valor da causa monetariamente corrigido, não afasta a aplicação de juros de mora, por estarem implícitos. Aliás, este é o entendimento firmado no verbete da Súmula 254/STF.*

*2. A inclusão dos juros de mora está prevista no manual de orientação de procedimentos para cálculos na justiça federal, que foi aprovado pela Resolução Conselho de Justiça Federal nº 561/07. Inexatidão material, pois, não foi a correção monetária prevista na condenação que não foi incluída nos cálculos, mas os juros de mora, que se encontram regulados, como orientação na Resolução CJF 561/07.*

*3. Embargos de declaração providos, apenas para aclarar o julgado, mantendo o resultado do julgamento.*

Opostos embargos declaratórios pela União, foram acolhidos, consoante fundamentos explicitados na seguinte ementa (fl. 167):

*TRIBUTÁRIO - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO - APLICAÇÃO DOS JUROS - INÍCIO E PERCENTUAL.*

*- Persiste a omissão, quanto ao percentual e período de*

*incidência dos juros, apontada nos embargos de declaração anteriormente interpostos.*

- *A jurisprudência do STJ já se manifestou no sentido de que o termo inicial dos juros moratórios em execução de honorários advocatícios, fixados com base no valor da causa, é a data da citação do executado no processo de execução, e não a data da sentença. Tal entendimento fundamenta-se no fato de inexistir mora anteriormente ao ajuizamento da execução. (REsp 1060155/MS e (AgRg no REsp 987.726/MT).*

- *Quanto ao percentual dos juros a ser aplicado, o STJ, no julgamento do REsp 1.111.117/PR, Rei. para acórdão Min. Mauro Campbell Marques, DJ. 02.09.10, decidiu que o percentual de 6% ao ano deve incidir até 11 de janeiro de 2003. A partir daí, deve-se observar o disposto no art. 406 do CC/02, "seguindo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos a Fazenda Nacional" (atualmente, a taxa SELIC), o que é o caso dos autos.*

- *Embargos de declaração providos.*

Contra esse acórdão, o exequente opôs aclaratórios, os quais foram rejeitados (fls. 179/184).

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 2º, § 2º, e 6º, § 4º, da Lei 6.830/80; e 161, § 1º, do CTN. Sustenta, em resumo, que o valor da causa atualizado, base de cálculo dos honorários advocatícios, seria o valor da execução fiscal também atualizado, considerando os mesmos critérios de atualização da dívida tributária, ou seja, juros de 1% ao mês, na forma do art. 161, § 1º, do CTN, e com marco inicial a partir da citação no feito executivo fiscal.

Contrarrazões às fls. 221/233.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

No caso, o Tribunal de origem não se pronunciou acerca da matéria sob a ótica dos arts. 2º, § 2º, 6º, § 4º, da Lei 6.830/80, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 535 do CPC, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ ("*Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.*").

Aliás, os mencionados dispositivos da Lei de Execuções Fiscais sequer explicitam critérios de atualização dos valores constantes da CDA após o ajuizamento do feito executivo, sendo, portanto, inaptos a afastar a tese adotada pela Corte regional, o que atrai o óbice da Súmula 284/STF ("*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*"). Por oportuno, destacam-se os seguintes precedentes: **AgRg no AREsp 161.567/RJ**, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, DJe 26/10/2012; **REsp 1.163.939/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 8/2/2011.

Com relação ao art. 161, § 1º, do CTN nota-se que o referido dispositivo legal, referente ao acréscimo de juros de mora na cobrança dos créditos tributários no caso de não pagamento no vencimento, não contém comando capaz de sustentar a tese recursal, e infirmar o juízo formulado pelo acórdão recorrido, de maneira que se impõe ao caso concreto, mais uma vez, a incidência da Súmula 284/STF.

Por fim, observe-se que o mesmo óbice imposto à admissão do recurso pela alínea *a* do permissivo constitucional impede a análise recursal pela alínea *c*, restando prejudicada a análise do dissídio jurisprudencial.

No mesmo sentido, confirmam-se:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ACÓRDÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DO ART. 116, PARÁG. ÚNICO DO CTN. NULIDADE DA CDA. PRESCRIÇÃO E*

*SOLIDARIEDADE. INVERSÃO DO JULGADO QUE DEMANDARIA INCURSÃO NA SEARA PROBATÓRIA DOS AUTOS. SÚMULA 7 DO STJ. ÓBICES QUE INVIABILIZAM O SEGUIMENTO DO RECURSO PELA ALÍNEA C DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

[...]

4. *O mesmo óbice imposto à admissão do Recurso Especial pela alínea a do permissivo constitucional - incidência da Súmula 7/STJ - obsta a análise recursal pela alínea c, restando o dissídio jurisprudencial prejudicado.*

5. *Agravo Regimental desprovido.*

(AgRg no AREsp 206.773/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 01/03/2013)

*DIREITO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO. OFENSA AOS ARTS. 458, II, 463, II E 535, I E II, DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. NOVAÇÃO. EXISTÊNCIA. AFERIÇÃO. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. EXIGÊNCIA DE DUPLA GARANTIA. PREVALÊNCIA DA FIANÇA, OFERTADA EM PRIMEIRO LUGAR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

(...)

4. *A inviabilidade de conhecimento do recurso especial pela alínea "a" do permissivo constitucional prejudica o exame do dissídio jurisprudencial.*

5. *Agravo regimental improvido.*

(AgRg no Ag 853312/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 18/12/2007, DJe 17/03/2008)

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator